

Cadernos **IHU** *ideias*

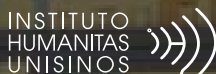
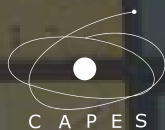


ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 14 • n° 253 • vol. 14 • 2016



Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: Quais as nossas cidades?

Vinícius Nicastro Honesko



Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos:
Quais as nossas cidades?

*Reflections on contemporary urban spaces:
What are our cities?*

Resumo

A partir das noções ligadas ao problema da governabilidade, o presente ensaio pretende desenvolver alguns aspectos relacionados à *localização* – de um ponto de vista teórico – do governo nos espaços urbanos contemporâneos. Dialogando com alguns pensadores do governo e da cidade – como Michel Foucault, Jean-Luc Nancy, Giorgio Agamben, Massimo Cacciari, entre outros –, procura demonstrar como as concepções de cidade e política passaram, com as mudanças na sistemática capitalista recente, por alterações fundamentais. Assim, propõe uma abordagem que visa a apresentar outras chaves de leitura aos possíveis modos de composição de uma forma de espaço de *habitação* – espaço de compartilhamento da vida – para os viventes humanos.

Palavras-chave: Governabilidade; Espaços Urbanos; Cidade; Política; *Habitação*.

Abstract

From the notions related to the problem of governmentality, the present essay intends to develop some aspects connected to the *localization* – from a theoretical point of view – of the government in the contemporary urban spaces. Dialoging with some thinkers of the government and of the city – such as Michel Foucault, Jean-Luc Nancy, Giorgio Agamben, Massimo Cacciari among others –, it searches to demonstrate how the conceptions of city and politics passed by some fundamental modifications, especially with the recent changes on the capitalistic system. Therefore, it proposes an approach that aims to present other reading keys to the possible manners of composition of a kind of *habitation* space – space to share the life – to the living humans.

Keywords: Governmentality; Urban Spaces; City; Politics; *Habitation*.

Cadernos
IHU *ideias*

**Reflexões sobre os espaços
urbanos contemporâneos:
Quais as nossas cidades?**

Vinícius Nicastro Honesko
Universidade Federal do Paraná – UFPR

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 14 • nº 253 • vol. 14 • 2016

 UNISINOS

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS 

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIV – Nº 253 – V. 14 – 2016

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Fagion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Klipp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Public Domain Pictures

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Rafael Tarcísio Fomeck

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003) - . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .

v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

REFLEXÕES SOBRE OS ESPAÇOS
URBANOS CONTEMPORÂNEOS:
QUAIS AS NOSSAS CIDADES?

Vinícius Nicastro Honesko

Universidade Federal do Paraná – UFPR

“Foi por não terem compreendido que a ‘crise’ não era um fato econômico, mas uma técnica política de governo, que alguns foram ridicularizados ao proclamarem apressadamente, quando da explosão do embuste dos subprimes, a “morte do neoliberalismo”. Não vivemos uma crise do capitalismo, mas, pelo contrário, o triunfo do capitalismo de crise. “A crise” significa: o governo cresce. Ela tornou-se a “ultima ratio” daquilo que reina. A modernidade mediu tudo à luz do atraso arcaico do qual nos pretendia arrancar; daqui em diante, tudo se mede à luz de seu desmoronamento próximo. Quando se corta pela metade vencimento dos funcionários públicos gregos, isso é feito sob o argumento de que seria possível nunca mais lhes pagar. A cada vez que se aumenta o tempo de contribuição dos assalariados franceses para a seguridade social, isso é feito sob pretexto de “salvar o sistema de aposentadorias”. A crise presente, permanente e omnilateral, já não é a crise clássica, o momento decisivo. Pelo contrário, ela é um final sem fim, apocalipse sustentável, suspensão indefinida, diferimento eficaz do afundamento coletivo e, por tudo isso, estado de exceção permanente. A crise atual já não promete nada: ela tende, pelo contrário, a libertar quem governa de toda e qualquer contrariedade quanto aos meios aplicados.”
Comitê Invisível

Quando convidado para fazer uma conferência sobre a questão da “governamentalização privada dos espaços públicos”, me pus a pensar sobre o que falaria. De certo modo, nos últimos tempos tenho tratado desse tipo de questão de maneira enviesada, muito mais a partir de refe-

renciais ligados à literatura e ao cinema do que de estudos mais circunscritos à filosofia política de maneira direta, por assim dizer. As ideias que apresento, portanto, tentam girar em outras partes que não as das análises *endógenas* (se me permitem dizer) ao campo das análises políticas em sentido estrito sem, entretanto, deixarem de colocar, na medida do possível, um problema de *exigência* ao pensamento.¹

De início, então, penso esse problema que me foi posto quando do convite (temático): governamentalização privada dos espaços públicos. Para mim, antes de mais, seria preciso botar a nu o que se pressupõe nessa assertiva, isto é, a diferenciação entre espaço público e privado.² Na aula de 18 de janeiro de 1978,³ em seu curso “Segurança, território, população”, Foucault comenta como estava examinando a noção de que o “soberano de um território” passou a ser o arquiteto de um espaço disciplinado e, ao mesmo tempo, um regulador de meios, com o intuito de ser um *agente que possibilitasse a circulação* (de gentes, mercadorias, ar etc.). De certo modo, portanto, uma das questões primordiais para se compreender a governamentalização parece ser pensar essa figura do “agente que possibilita circulação” como uma chave para a leitura dos modos de estruturação do “poder-governo” a partir do século XVIII. Vários autores, na esteira ou mesmo dialogando com Foucault, trataram das mudanças históricas que ainda sofrerão essas figuras dos “agentes de circulação”, sobretudo em suas maneiras de se organizar no capitalismo, este que pressupõe uma saída de modos de vidas ditos tradicionais e uma integração na sistemática de circulação (seja de riquezas, seja até mesmo de sentidos à existência).

No entanto, gostaria de frisar que a própria noção de governamentalização (em seu desdobrar histórico nos processos do “como governar?”), ainda que imersa nesse contexto generativo, é tributária desse esquema de formação da sistemática capitalista de produção: como or-

1 AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è la filosofia?* Macerata: Quodlibet, 2016. p. 49-51. “Se não houvesse exigência, mas apenas necessidade, não poderia haver filosofia. Não o que nos obriga, mas o que nos exige; não o dever-ser nem a simples realidade factual, mas sim a exigência: esse é o elemento da filosofia. (...) O que é o pensamento senão a capacidade de restituir possibilidade à realidade, de desmentir a falsa pretensão da opinião de fundar-se apenas sobre os fatos? Pensar significa, acima de tudo, perceber a exigência daquilo que é real de tornar-se mais uma vez possível, dar justiça não apenas às coisas, mas também às suas lágrimas.” (trad. nossa)

2 Retomo, nos próximos parágrafos, trechos da entrevista concedida a Vitor Necchi, do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, publicada no número 495 da revista **IHU On-Line**. Também disponível em: <https://goo.gl/SkbvT2>.

3 FOUCAULT, Michel. *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard, 2004. pp. 31-34.

ganizar, gerir, da forma mais *produtiva e integrativa*? Assim, a governamentalização acaba se tornando uma espécie de pressuposto dessa condição política na era da “espetacularização democrática”, na qual a administração da vida tem em vistas a circulação de riquezas – e lembro Jean-Luc Nancy, quando, falando da associação quase inevitável que se faz entre capitalismo e democracia no século XX, afirma que o destino da democracia está ligado à mutação do paradigma da equivalência geral (de ordem capitalista) que quase se tornou sinônimo da democracia.⁴

Seguindo a problemática foucaultiana, por meio de um procedimento arqueológico, Giorgio Agamben nos chama a atenção para o problema que o próprio “conceito” de democracia parece carregar desde suas origens gregas. Lembra que “democracia”, *politeuma* no grego da *Constituição de Atenas* aristotélica, carrega consigo tanto uma dimensão jurídico-política (constituição) quanto uma econômica-gestional (governo), a ponto de os tradutores, para evitar problemas conceituais, traduzirem *politeuma* ora por *constituição*, ora por *governo*.⁵

A política ocidental seria, portanto, uma máquina articulada de duas formas de racionalidade, justamente a jurídico-política e a econômico-governamental, e, segundo essa hipótese, em seu centro haveria um vazio no qual figuras mitológicas (como a soberania popular, o poder constituinte, os direitos humanos etc.) serviriam como modos de manutenção de sua própria lógica operativa. Podemos dizer que o “agente de circulação” necessita (ainda mais no contexto que se arma do século XIX até nossos dias) da bipolaridade dessa máquina e que, talvez, a melhor maneira de instrumentalizá-la tenha se dado justamente com as condições advindas do modo de produção capitalista (e poderíamos nos alongar com inquietações sobre como repensar isso que parece ser uma intransponibilidade da dimensão *operativa* do capital – toda a discussão sobre o problema do *trabalho* – em certos vieses da filosofia política contemporânea; para tanto, importantes são as discussões sobre a *inoperosidade* alavancadas pelo próprio Agamben, por Jean-Luc Nancy ou, ainda, Georges Bataille ou Maurice Blanchot).

4 NANCY, Jean-Luc. *Vérité de la démocratie*. Paris: Gallilée, 2008. pp. 44-47. Cf. também NANCY, Jean-Luc. *L'Équivalence des Catastrophes. (Après Fukushima)*. Paris: Gallilée, 2012. p. 16. “Marx nomeou o dinheiro ‘equivalente geral’. É dessa equivalência que vamos falar aqui. Não para considerá-la em si mesma, mas para considerar que o regime de equivalência geral já absorve, virtualmente, muito além da esfera monetária ou financeira, mas, graças a ela e em vista dela, todas as esferas da existência dos homens e, com eles, o conjunto dos existentes.” (trad. nossa).

5 AGAMBEN, Giorgio. *Note lumineire sur le concept de démocratie*. In.: *Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009. pp. 9-13.

Essa digressão me parece útil para perceber que é difícil entender a política contemporânea em termos de público e privado, simplesmente. Ainda que não se trate de uma divisão taxativa (mas algo mais relacionado a uma tensão compositiva entre público e privado), é preciso lembrar que essa dicotomia tende a não se sustentar mais (e mesmo Hannah Arendt, com suas nuances e com uma análise que volta à tradição grega clássica, aponta, *grosso modo*, para o “fim” das fronteiras entre *oikos* e *polis* com a noção de *espaço social*). Essa “máquina política-de-governo” produz certo obscurecimento das fronteiras entre público e privado e, com isso, instaura um limiar onde, parece-me, estão em jogo as apostas de uma governamentalização absoluta da vida (ademais, um parêntese: no limite, hoje essa governamentalização opera muito mais em uma chave *tanatopolítica* do que, propriamente, *biopolítica*). Nesse sentido, o lugar vazio do centro da máquina implica uma, se assim posso dizer, coadunação de forças entre, para usar o vocabulário corrente, agentes públicos e privados, ou, para usar outros termos, entre o *agente de circulação* e os efetivos *agentes produtores*.⁶ Tal arranjo de forças é fundamental para a subsistência dessa “máquina política-de-governo”.

Os espaços de circulação da vida, assim, estão perpassados pela *lógica* (ou, melhor dizendo, *tecnologia*) dessa máquina, qual seja: gerir os espaços ditos públicos, portanto, como parte integrante do *necessário* incremento produtivo que, por sua vez, aumenta a geração de riquezas que importam para o crescimento da própria geração de riqueza e assim sucessivamente, numa lógica ilimitada. Para tanto, o controle dos espaços deve estar no cerne desse *modus operandi* governamental; e a cada vez maior gestão dos espaços ditos públicos pelos *agentes produtores*, ou agentes privados – justamente essa noção de governamentalização privada dos espaços públicos –, é apenas um produto da lógica dessa máquina cuja possibilidade de sabotagem parece nos escapar a cada instante.

Mas penso ser necessária uma espécie de linha de fuga nas reflexões sobre essa governamentalização. Digo, talvez seja possível, por meio justamente de análises *indisciplinadas*, tocar essa problemática

6 Falo da produção de riqueza a partir do capital acumulado e investido e, ao mesmo tempo, também de uma produção da própria existência; em outras palavras, os *bens* produzidos que, nessa dinâmica, supostamente nos fazem *progredir* enquanto seres vivos, tornam-se condicionantes de nossa existência: desde as especiarias que conservavam alimentos à conexão informacional em rede que *virtualiza* operações outrora inequivocamente materiais, passando pelo petróleo, energia elétrica até as questões nucleares. Talvez poderia resumir numa pergunta: como pensar a atual civilização sem a dependência *autoengendrada* de seus próprios produtos?

com outras chaves de leituras possíveis. Penso em um texto de Bruno Latour⁷: “Quarenta anos depois: de volta a uma terra sublunar”.⁸ Nele, o teórico (Latour é alguém de difícil definição) fala do estranhamento que temos diante das extravagantes espaçonaves que deram início à “conquista do espaço” há quase meio século. Lembra-nos que as apostas bilionárias desses projetos de progresso *ad infinitum* (o “Avante!” do desenvolvimentismo) tinham em seu bojo uma metáfora um tanto quanto insólita: o Planeta Azul como espaçonave. Insólita a metáfora o é na medida em que não temos nenhuma Houston para nos auxiliar num pretenso retorno, não temos nenhuma base. Ou seja, a nós, os viventes que constroem cidades (segundo a fórmula basilar da *Política* de Aristóteles que garante a cidade, a *polis* – o lugar da felicidade –, aos homens uma vez que estes seriam os *viventes que possuem a linguagem*), não está à disposição nenhuma linha direta com uma origem da qual partimos (e, nesse sentido, também na ciência histórica – e nas suas variantes: história da arte, da arquitetura, das cidades etc. – as ideias historicistas que preveem uma cronologia capaz de dar uma inteligibilidade inequívoca ao passado, às origens, mostram-se insólitas).

É esse ponto de não-retorno – o qual, de fato, é nossa condição por assim dizer normal – que deve ser pensado, que deve ser posto como desafio a quem quer que pretenda pensar não apenas as estruturas dos espaços urbanos contemporâneos, mas o próprio modo como fazemos experiência da partilha desses espaços; aliás, mais do que partilha do espaço, partilha da vida (lembro aqui, a interessante ideia sobre essa partilha é aquela dada por Jacques Rancière). Dito de outra maneira, para nós é preciso tomar o ponto de não-retorno a partir de um termo que hoje se obscurece, mas que, se pensado a partir de outra chave, é fundamental para nosso exercício de pensamento e práticas sobre a cidade, a *polis*: política. Algumas perguntas, entretanto, parecem ser fundamentais: uma vez neste ponto de não-retorno, em que medida as cidades de hoje, que

7 Retomo aqui boa parte de uma pesquisa em desenvolvimento cujos primeiros resultados, próximos ao decorrer deste texto, já apresentei em outras duas ocasiões: em Santiago, Chile (durante as “Segundas Jornadas de Governamentalidade”), e na UFPI, em Teresina (no “Primeiro Colóquio Arte, História e Vanguardas”).

8 LATOUR, Bruno. *Quarenta anos depois: de volta a uma terra sublunar*. In.: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (Orgs.) *Urbanismo Ecológico*. Trad.: Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. pp. 124-129.

muitas vezes chamamos de *metrópoles*,⁹ podem nos dar condições para essa partilha da vida? É ainda possível se falar em cidades, no sentido da *polis*, e, com isso, também se falar em *política*? Como nossa tradição – que nos legou as cidades – pode em alguma medida nos auxiliar a pensar os paradoxos contemporâneos que cortam nossos modos de vida de cima a baixo? Para nós que, de certo modo, temos ciência de estarmos na condição de “além do ponto de não-retorno”, é ainda possível uma *experiência* da cidade? Aliás, de que cidade falamos? Obviamente que não tenho nenhuma pretensão de resposta para tais perguntas, mas é em

9 Massimo Cacciari, em uma conferência no Centro Sant'Apollinare de Fiesola, desenvolve argumentos interessantes para se pensar a cidade. Apresenta as diferenças entre as noções de *polis* e *civitas* e expõe como, a seu ver, a cidade contemporânea é muito mais herdeira da tradição romana do que da grega. Na sequência, aponta para o que chama de “cidade-território” ou pós-metrópole. Cito o trecho no qual ele começa a apontar para essa noção (esta que, ainda que não diretamente citada em meu texto – e em relação à qual ainda tenho algumas divergências, sobretudo de nomenclatura –, está em pleno diálogo com o que desenvolverei nas próximas páginas). Cf. CACCIARI, Massimo. *A Cidade*. Trad.: José J. C. Serra. Barcelona: Gustavo Gil, 2010. p. 30-32. “As civilizações urbanas da antiguidade que conhecemos são riquíssimas, mas estáveis nas suas formas: todas demonstram estarem ligadas à terra, quer as grandes cidades mesopotâmicas quer aquelas orientais (Quioto, Xangai, Pequim eram megalópoles quando Londres e Paris eram aldeias, porém, as formas permaneceram relativamente estáveis durante séculos). As incríveis revoluções da forma urbis são consequência da abordagem à cidade resultante da *civitas* romana. As formas urbanas europeias ocidentais são consequência das características da *civitas*. A cidade contemporânea é a grande cidade, a metrópole (este é, com efeito, o traço característico da cidade moderna planetária). Toda a forma urbis tradicional foi dissolvida. Carora, as formas de cidade eram absolutamente diferentes (vejam-se as diferenças entre Roma, Florença e Veneza). Agora, só existe uma forma urbis, ou melhor, um processo único de dissolução de qualquer identidade urbana.

*Este processo (que, como veremos, atinge o seu ponto alto na cidade-território, na cidade pós-metropolitana) tem a sua origem na afirmação do papel central que o nexo lugar de produção e mercado representa. O sentido da relação humana reduz-se a produção-troca-mercado. Aqui todas as relações se concentram e, assim, todos os lugares da cidade são vistos, projectados de novo, transformados em função destas variáveis fixas, do valor delas. Lugares simbólicos são estes e mais nenhuns. Desaparecem os lugares simbólicos tradicionais, sufocados pela afirmação dos lugares de troca, expressão da mobilidade da cidade, do *Nervenleben*, da vida nervosa da cidade. As novas construções são maciças, dominam, são um estorvo físico, são grandes contentores (imaginem-se as grandes arquitecturas das típicas cidades industriais, o fascínio que por todo o lado exerce a arquitectura-fábrica), cuja essência consiste, no entanto, em serem móveis, em dinamizar a vida. São corpos que produzem uma energia mobilizadora, desestabilizadora, desenraizadora. Estas presenças dissolvem ou põem entre parêntesis as presenças simbólicas tradicionais que, de facto, se reduzem ao centro histórico. É assim que nasce o ‘centro histórico’: enquanto a cidade se desenvolve, agora, em conformidade com as presenças de produção e de troca – dominante e centrais –, a memória torna-se museu e cessa, assim, de ser memória, pois a memória tem sentido quando é imaginativa, recreativa, caso contrário, transforma-se numa clínica onde pomos as nossas recordações. Acabámos por ‘hospitalizar’ a nossa memória, tal como as nossas cidades históricas, ao fazermos delas uns museus.”*

torno delas que tentarei orientar algumas reflexões sobre isso que Latour chamou de nossa volta à terra sub lunar.

Para iniciar, gostaria de partir de algumas questões levantadas por Verena Andermatt Conley, que, ao retomar as considerações de Félix Guattari em *As três ecologias*, reflete sobre as necessidades de reorientar as tecnociências como modo de sobrevivência do planeta em meio aos paradoxos ligados aos infundáveis problemas ecológicos e ao crescimento demográfico (e, claro, isso encampa a ideia de ciência nômade de Deleuze e Guattari).¹⁰ Comentando Guattari, ela nos diz que não é possível a reorientação das tecnociências sem uma espécie de reordenação da subjetividade e uma reflexão sobre a formação dos poderes capitalistas. Por si só os ajustes não são suficientes e, em nosso estado atual, o mundo permanece sob o domínio da mídia e do mercado, formando, com isso, uma massa infantilizada que sobrevive em conglomerados nefastos. De certa forma, para essas considerações de Conley a respeito de Guattari, podemos tentar colocar em relação, mais uma vez, as análises de Michel Foucault sobre a governamentalidade.

Foucault, na famosa entrevista *O olho do poder*, concedida a Jean-Paul Barou e Michelle Perrot,¹¹ nos fala sobre a necessidade de “escrever uma história dos espaços que seria, ao mesmo tempo, uma história dos poderes”. E é com base nessa necessidade que o filósofo francês realiza suas pesquisas. Assim, ele nos lembra que a partir do século XVIII o modelo da governabilidade começa a se formar e a constituir o que denomina de sociedade disciplinar, na qual a vida passa a ser o centro dos cálculos do poder (a gestão, a economia, da vida, portanto). Já no capítulo V de *A vontade de saber*,¹² Foucault nos fala da inversão lapidar que ocorre na superação do Antigo Regime: neste, o poder soberano configurava-se como uma possibilidade de causar a morte do súdito para a salvaguarda do soberano e, por consequência, deixava o súdito viver; já nas chamadas sociedades disciplinares, em que a economia passa a estar no centro da movimentação social, por assim dizer (lembramos que é o período forte na formação do capitalismo), trata-se de uma inversão: fomentar a vida (causar a vida) e devolver à morte (e Foucault lembra que a desqua-

10 CONLEY, Verena A. *Práticas urbanas ecológicas. As Três ecologias de Félix Guattari*. In.: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (Orgs.) *Urbanismo Ecológico*. Trad.: Joana Cane-do. São Paulo: Gustavo Gili, 2014. pp. 138-140.

11 FOUCAULT, Michel. *L'œil du pouvoir*. In.: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits. Vol. II. 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001. p. 190.

12 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Trad.: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005. pp. 127-131.

lificação da morte – de pública à privada, como lembra Philippe Ariès¹³ – acontece justamente nesse momento).

No que diz respeito ao espaço urbano, tal mudança pode ser exemplificada pelas análises feitas por Foucault a respeito de dois paradigmas médicos: a lepra e a peste.¹⁴ O paradigma da lepra é marcado pela exclusão: os lazaretos, o fechamento da cidade; já o da peste funcionava de modo diverso, uma vez que a expulsão dos pestilentos e o fechamento da cidade se fazia impossível. Tratava-se de estabelecer modelos de controle – controle policial, justamente – e articulação do espaço urbano, dividindo-o e esquadrinhando-o em regiões vigiadas por superintendentes, médicos e policiais, de modo a aumentar a eficácia do controle sobre a vida. O que acontece na formação dos espaços urbanos contemporâneos, desse modo, é que os dois paradigmas começam a fundir-se de maneira a lançar o esquema de vigilância da peste sobre aquele da lepra e vice-versa. Isto é, os dispositivos de controle começam a funcionar como mecanismos fundamentais para a individualização e subjetivação dos habitantes do espaço urbano, ou seja, para sua gestão e controle. Esse é o paradigma que, desse modo (e com o perdão do jogo de palavras), *governa* as noções centrais de *cidade* e *metrópole* ao menos no ocidente (e, depois da integração espetacular, para dizer com Debord, a própria concepção de cidade contemporânea em geral). Aqui podemos prolongar essas análises foucaultianas ainda mais adiante no tempo, digamos, até nossos dias (obviamente sem poder entrar nos diversos matices possíveis).

Podemos, então, ainda nos passos de Foucault (e daqueles que com ele de algum modo dialogam), fazer um salto até algumas compreensões a respeito desses espaços urbanos contemporâneos para nos aproximar de nossa proposta. Para ficar em um exemplo próximo a Foucault (e, sobretudo, de Deleuze), lembremos o que nos diz Paul Virilio sobre as internalizações dos muros e sobre as rupturas das técnicas tradicionais de projeção arquitetural em prol das precauções necessárias para a segurança pública. Em seu *O Espaço Crítico*, Virilio trata, em alguma medida, das práticas de aceleração dos processos espaciais naquilo que chama de protocolos temporais. Nesse sentido, ele fala da mudança no estatuto dos *habitantes* de uma cidade. Cito:

Nesta perspectiva sem horizonte na qual a via de acesso à cidade deixa de ser uma porta ou um arco do triunfo para transformar-se em

13 ARIÈS, Philippe. *Morir en Occidente. Desde la Edad Media hasta nuestros días*. Trad.: Víctor Goldstein. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.

14 Cf.: FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*. Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

um *sistema de audiência eletrônica*, os usuários são menos os habitantes, residentes privilegiados, do que os interlocutores em trânsito permanente. A partir de então, a ruptura de continuidade não se dá tanto no espaço de um cadastro ou no limite de um setor urbano, mas principalmente na duração, “duração” esta que as tecnologias avançadas e a reorganização industrial não cessam de modificar através de uma série de interrupções (...) e de ocultações sucessivas ou simultâneas que organizam e desorganizam o meio urbano ao ponto de provocar o declínio e a degradação irreversível dos locais, como no grande conjunto habitacional próximo a Lyon, onde a “taxa de rotatividade” dos ocupantes tornou-se elevada demais (um ano de permanência), contribuindo para a ruína de um hábitat que, entretanto, todos julgavam satisfatório.¹⁵

Virilio aqui já aponta para além dessa sociedade disciplinar a que Foucault dá seus sinais (e que aqui levantamos de maneira breve): isto é, fala da sociedade de controle que Gilles Deleuze, levando adiante as análises foucaultianas, trata de examinar (e, lembro, aos dispositivos de poder Deleuze prefere a ideia de agenciamentos de desejo). Pensando essas formas ultrarrápidas de controle ao ar livre justamente a partir de Virilio (este que, aliás, também diz que “a arquitetura urbana deve, a partir de agora, relacionar-se com a abertura de um ‘espaço-tempo tecnológico’”), Deleuze nos diz:

É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las. As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus.¹⁶

A segurança pública, algo que se coloca no movimento de uma espécie de máquina econômica em desenvolvimento (ou seja, a gestão, governo, o policiamento da população – o estímulo à vida para que a economia não cesse seu processo de crescimento), coloca-se como finalidade inexorável à estabilização dos espaços urbanos contemporâneos. Assim, qualquer tentativa de se pensar tais espaços por meio de paradigmas relacionados à *polis* – que detinha uma *agorá*, um centro de decisões

15 VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Trad.: Paulo Roberto Pires. São Paulo: 34, 2014. pp. 8-9.

16 DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972-1995*. Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 2013. p. 227.

do qual participavam os cidadãos, um espaço público etc. – parece, hoje, fadada ao fracasso. E, nesse sentido, uma *política* que ainda preconize elementos relativos à autonomia do espaço público, à preponderância dos interesses centrais da comunidade de homens que vivem numa *polis*, à ação comunicativa como modo forte de se pensar a relação política, não é senão palavrório vazio.

Nesse sentido, gostaria de retomar algumas análises que o filósofo Giorgio Agamben fez durante um seminário ocorrido em Veneza, em 2006. O tema do encontro (do qual também participam Tony Negri e Judith Revel) era ligado justamente às questões dos conflitos nos *banlieus* parisienses em 2005 (ou seja, toda a problemática da segurança social que era levantada pelo estado francês). Agamben nos lembra que o termo *metrópole* etimologicamente significa “cidade mãe” e se refere à relação entre a cidade e as colônias. Os cidadãos que, assim, partiam para fundar a colônia eram chamados por um termo curioso: *en apoikia*, distante de casa e da cidade. O filósofo então observa que metrópole traz consigo uma ideia de deslocamento, de heterogeneidade espacial e política. E diz:

a partir disso me vêm algumas dúvidas sobre a ideia corrente da metrópole como um tecido urbano, contínuo e relativamente homogêneo. Uma primeira consideração é que a isonomia (que define, por exemplo, a *polis* grega como modelo de uma cidade política) é excluída no caso da relação metrópole/colônia e que, portanto, o termo metrópole transferido para desenhar um tecido urbano carrega consigo essa heterogeneidade fundamental. Assim, proponho-me a reservar o termo metrópole a algo substancialmente outro em relação à cidade, à concepção tradicional da *polis*, isto é, de algo política e espacialmente isonômico. Sugiro reservar esse nome, metrópole, ao novo tecido urbano que se funda paralelamente aos processos de transformação que Michel Foucault definiu como passagem do poder territorial, do *ancien régime*, da antiga soberania, ao biopoder moderno, que é, na sua essência, segundo Foucault, governamental.¹⁷

Se levarmos em consideração essa proposta de Agamben (nos traços de Foucault, Virílio, Deleuze), constataremos que aquilo que está em questão no espaço urbano contemporâneo (todos os paradoxos e aporias que se nos mostram de maneira quase intransponível) é justamente o esgotamento de suas formas tidas como tradicionais. Em outras palavras, o problema dos espaços urbanos contemporâneos é o da própria conformação político-econômica (isto é, a gestação de um modelo de governo de populações muito mais do que modos efetivos de construção de um espaço em comum; o que na chave de leitura de Rancière poderia ser

17 AGAMBEN, Giorgio. *Metropolis*. In.: Sopro, 26. Trad.: Vinícius Nicastro Honesko. Abril/2010.

dito: um regime policial em vez de um regime político).¹⁸ Nesse sentido, é preciso um pensamento que esteja à altura de enfrentar os arranjos que tal conformação político-econômica nos coloca (de modo que a insistência em modelos de análises e supostas soluções que não encarem essas transmutações soa inócua). Em questão está, mais do que estratégias de adequação e remanejamentos dentro da sistemática político-econômica contemporânea (adequações estas que nada mais fazem do que edulcor-

18 Nesse sentido, também são interessantes as análises de Jonathan Crary a respeito dos novos protocolos 24/7 (vinte quatro horas, sete dias por semana) do capitalismo contemporâneo. Em seu livro *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*, Crary nos mostra como, no contemporâneo (e já muito para além do que ocorria, p.ex., nas décadas de 60 e 70), a apreensão da vida cotidiana por dispositivos (no sentido que ao termo atribui Agamben, ou seja, mais alargado que o de Foucault) cada vez mais capazes de moldar uma subjetividade *smart* e em *stand by* (isto é, numa lógica da ininterrupção do trabalho) leva ao alinhamento de funcionamento dos indivíduos ao do mercado, produzindo uma catástrofe planetária. Não há lugar que não seja *ocupado* por uma lógica de consumo e, assim, todas as fronteiras (entre público e privado, trabalho e descanso etc.) se esfacelam. A aposta de Crary é que, talvez, o sono seja o último lugar a ser loteado por essa lógica que atravessa os sujeitos e seus lugares e, ao tocá-los, os impele à transformação em mercadoria. Cf.: CRARY, Jonathan. *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. Trad.: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014. Cito aqui um excelente trecho das páginas 109-110: *“Ainda na década de 1960, a crítica à cultura de consumo identificou as linhas gerais da dissonância entre ambientes saturados de imagens e produtos e o indivíduo que, embora enredado em sua superficialidade e falsidade, percebia ainda que vagamente a discrepância fundamental desses ambientes em relação a seus desejos e necessidades vitais. Consumiam-se sem cessar produtos que inevitavelmente deixavam de cumprir suas promessas originais, ainda que fraudulentas. Agora, no entanto, a existência de uma divergência entre o mundo humano e o funcionamento de sistemas globais capazes de ocupar cada hora de vigília de nossas vidas parece uma ideia datada e impertinente. Há muita pressão para que os indivíduos reimaginem e reconfigurem-se a si mesmos, identificando-se com as uniformidades e valores das mercadorias, bem como dos vínculos sociais desmaterializados nos quais estão tão profundamente imersos. A reificação chegou ao ponto de o indivíduo precisar inventar uma concepção de si que otimize ou viabilize sua participação em ambientes e velocidades digitais. Paradoxalmente, isso significa assumir um papel inerte e inanimado. Essas expressões específicas talvez pareçam profundamente inadequadas para oferecer uma descrição da emulação e da identificação com os acontecimentos e processos instáveis e intangíveis com os quais nos envolvemos por meio da tecnologia. Porque não podemos literalmente entrar em nenhuma das miragens eletrônicas que formam o mercado conectado do consumo global, somos obrigados a inventar compatibilidades fantasmagóricas entre o humano e um reino de escolhas que é profundamente incompatível com a vida.*

Não é possível harmonizar seres vivos reais com as demandas do capitalismo 24/7, mas existem inúmeros incentivos para suspender ou disfarçar ilusoriamente algumas das limitações humilhantes da experiência vivida, seja emocional ou biológica. Figurações do inerte ou do inanimado também operam como um escudo protetor ou entorpecente, que impede o reconhecimento do caráter dispensável da vida nos arranjos econômicos e institucionais contemporâneos. Há uma ilusão difundida de que, quanto mais a biosfera terrestre é aniquilada ou irreparavelmente danificada, os seres humanos podem magicamente se dissociar dela e transferir suas interdependências à mecanosfera do capitalismo global. Quanto mais nos identificamos com os substitutos eletrônicos virtuais do eu físico, mais parecemos simular nossa desobrigação do biocídio em curso por todo o planeta. Ao mesmo tempo, nos tornamos assustadoramente indiferentes à fragilidade e à transitoriedade das coisas vivas reais.”

rar práticas que escamoteiam o problema: lembro a prática corrente dos créditos de carbono, por exemplo), um efetivo afrontamento dos problemas suscitados por esse espaço a que denominamos metrópole. Ou ainda, o bojo do problema do espaço urbano está diretamente relacionado com nosso modo de *habitar* – e tal habitação é diretamente relacionada ao *ethos*, hábito ou caráter, isso que está em questão na ética (que, mais do que ser um sistema normativo, tem a ver com a dimensão da felicidade – a doutrina da vida feliz a que Aristóteles faz referência¹⁹).

Em um texto de 2001, denominado *A comunidade afrontada*, o filósofo francês Jean-Luc Nancy fala sobre a exaustão de nossas próprias categorias de pensamento. Isto é, a exaustão seria do pensamento, muito mais do que do modo como colocamos modelos de “cidade” (claro que, como leitor de Heidegger, a referência não pode deixar de considerar todo o problema da “superação da metafísica”; isto é, não uma replicação em torno ao dado – a cidade que aí está –, mas uma nova maneira de pensar e conceber a cidade – as relações *políticas* – e, como no que diz respeito à própria *representação do espaço habitado*, tal como lembra Franco Farinelli, de conceber a própria concepção de *Terra*²⁰). Logo na abertura do texto diz:

19 Cf. também CACCIARI, Massimo. *Op. cit.* p. 67ss.

20 Em seu belíssimo *A invenção da Terra*, Franco Farinelli expõe como a questão da representação está no cerne do problema relacionado ao “como habitamos o mundo”. Por meio de diversas digressões sobre a formação do “globo” e a noção de “globalização”, Farinelli tenta pensar o *lugar*, a *habitação*, dos homens em nosso tempo. Cf.: FARINELLI, Franco. *A invenção da terra*. Trad.: Francisco Degani. São Paulo: Phoebus, 2012. Cito, em especial, um dos trechos finais (pp. 132-135): “Mas se o mundo é um globo, todos os pontos podem ser o centro, ou seja, o centro é plural e móvel e, em consequência, a proximidade das coisas não implica em [sic] sua homogeneidade e isotropismo. Exatamente do modo como pensamos (sem perceber) apenas quando olhamos um pedaço da face da Terra como paisagem. Pode-se dizer isso de outra maneira mais sintética: se o mundo é uma esfera ou uma paisagem, e não mais uma carta geográfica, não existem mais nem espaço, nem tempo. O que ainda nos importaria muito pouco se não fosse exatamente assim, e cada vez mais, que o mundo hoje funciona, pois existe algo que chamamos apressadamente de globalização e, o que quer que seja, significa antes de tudo a impossibilidade de continuar a fingir que a Terra não é o que é, um globo. O mundo é um globo, ou seja, algo funcionalmente descontínuo, não homogêneo, anisotrópico (...). Tomemos o caso das cidades. É realmente paradoxal que hoje se continue a falar de ‘cidades globais’, que seriam as cidades que comandam a economia mundial, uma economia que pela primeira vez na história da humanidade funciona simultaneamente como uma única coisa: não necessariamente as maiores cidades da Terra (na lista figura Zurique, por exemplo), mas aquelas capazes de controlar a atividade financeira e suas inovações. É paradoxal porque, enquanto tal, nenhuma cidade é completamente global, no sentido em que as funções de comando referentes aos processos de globalização nunca estão, caso a caso, na cidade toda, mas somente numa restrita, e às vezes minúscula parte dela, cercada por um tecido urbano que, apesar de topograficamente, isto é, fisicamente em contato com ela não tem nada a ver com o exercício de controle em escala planetária, mas é o primeiro a sofrer seus efeitos. Trata-se de questões graves, que dizem respeito ao próprio conceito de cidade e cidadania, e por essa razão nos levam ao início de nossa história, ao se criar nossa primeira identidade.”

O estado presente do mundo não é o de uma guerra de civilizações. É uma guerra civil: é a guerra civil intestina de uma cidade, de uma civilidade e de uma urbanidade que estão se desenvolvendo até os limites do mundo e, de tal fato, até à extremidade de seus próprios conceitos. Na extremidade um conceito se quebra, uma figura distendida explode, uma lacuna aparece.

Também não é uma guerra de religiões, ou então toda guerra dita de religiões é uma guerra intestina ao monoteísmo, esquema religioso do Ocidente e, nele, de uma divisão que se leva, também aí, às bordas e às extremidades: para o Oriente do Ocidente e até à quebra e à fratura bem no meio do divino. Tanto que o Ocidente só teria sido a exaustão do divino, em todas as formas do monoteísmo e que seja a exaustão por ateísmo ou por fanatismo.

O que chega até nós é uma exaustão do pensamento do Um e de uma destinação única do mundo: isso se exaure em uma única ausência de destinação, em uma expansão ilimitada da equivalência geral ou, ainda, por consequência, nos sobressaltos violentos que reafirmam a onipotência e a onipresença de um Um tornado [*devenu*] – ou retornado [*redevenu*] – sua própria monstruosidade. Como, por fim, ser séria, absoluta e incondicionalmente ateus sendo capazes de, a partir disso, fazer sentido e verdade? Como não sair da religião – pois, no fundo, isso já foi feito e as imprecações dos fanáticos contra isso nada podem (elas são, isso sim, o sintoma, como o “deus” gravado no dólar) –, mas sair do monolitismo de pensamento que permaneceu o nosso (simultaneamente, História, Ciência, Capital, Homem e/ou Nulidade...). Isto é, como ir ao fundo do monoteísmo e de seu ateísmo constitutivo (ou daquilo que poderíamos nomear seu “ausenteísmo”) para aí apreender, ao contrário de seu esgotamento, aquilo que seria capaz de se extrair do niilismo, de sair de seu interior? Como pensar o *nihil* sem transformá-lo em monstruosidade onipotente e onipresente?²¹

A dimensão da superação do Um – esse grande fantasma do ocidente que, nisto a que damos o nome de globalização ou, nas palavras de Debord, “sociedade do espetáculo integrado”, hoje vaga como o grande fantasma divino pelo planeta azul – urge como possibilidade para repensar nossos modos de habitar o céu sublunar, para lembrar Latour. E é também de Latour que gostaria de retomar algumas ideias antes de partir para a conclusão. Em um texto denominado *Não há mundo comum: é preciso compô-lo*, publicado na revista *Multitudes*, em 2011, ele nos fala da simplificação que a política (e, aqui, digo: uma política calcada sobre a primazia do Um, do consenso – e, nesse sentido, podemos ler todas as teorias baseadas, ingênua ou propositalmente, numa dimensão de uma

21 NANCY, Jean-Luc. *La communauté affroutée*. Paris: Galilée, 2001. pp. 11-12.

suposta “ação comunicativa”) imputou à tarefa da composição de um mundo, de uma morada possível.

Não há mundo comum. Jamais houve. O pluralismo está conosco para sempre. Pluralismo de culturas, sim, das ideologias, das opiniões, dos sentimentos, das religiões, das paixões, mas também pluralismo das naturezas, das relações com os mundos vivos, materiais e também com os mundos espirituais. Nenhum acordo possível sobre o que compõe o mundo, sobre os seres que o habitam, que o habitaram, que devem habitá-lo. Os desacordos não são superficiais, passageiros, devidos a simples erros de pedagogia ou de comunicação, mas fundamentais. Eles ferem as culturas e as naturezas, as metafísicas práticas, vividas, vivas, ativas.²²

Simplificação que parece ser um taxativo impedimento à tarefa do pensamento, digamos. Nessa chave, lembro que Jorge Luis Borges certa vez disse que se algo fosse inesquecível, não poderíamos pensar em nada. Parece-me que a hipertrofia de uma memória que tenta a todo custo insistir na imagem (no sentido de uma ilusão, portanto; e se lembrarmos a etimologia de ilusão, *in ludere*, podemos perceber o jogo de erro em que nos colocamos nessa insistência) de um mundo comum total (a grande memória cibernética) constitui um apagamento de nossas possibilidades de pensar. Nesse sentido, pensar tem a ver com o desacordo, com a possibilidade de encarar o abandono de modelos preestabelecidos e fantasiosos no que diz respeito à vida em comum. Falamos em “re”-organização, “re”-estabelecimento, “re”-novação dos espaços públicos, mas pouco pensamos sobre o “re”. A que essa partícula “re” se refere? A um passado idílico que parece ser nosso horizonte? A uma “re”-tomada? Mas “re”-tomar o quê? Como pensar o novo, tendo, sim, em conta o passado (num sentido caro a Walter Benjamin), mas não de forma a ficarmos presos a modelos de pensamento? Talvez sejam essas as tarefas mais urgentes de nosso tempo. Lembro-me aqui do mesmo Jean-Luc Nancy, em entrevista a Pierre Chaillan. Em determinado momento, o entrevistador diz que, para Nancy, trabalhar para um mundo e um homem melhores é pensar o presente e pensar no presente e, em seguida, pergunta: “O senhor rejeita, portanto, a visão da mudança como projeto?”, ao que o filósofo responde:

Como projeto, sim. A projeção, o planejamento, a prospectiva e a programação não fizeram mais do que pro-jetar o que era possível de pré-calcular em um momento dado, sempre. E, por consequência, bloquear a imagem de um futuro já em liberdade vigiada [*assigné à*

22 LATOUR, Bruno. *Il n'y a pas de monde commun: il faut le composer*. In.: *Multitudes*. n. 45. *Special*, été 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/evb2G6>> (trad. nossa).

résidence]¹¹. Claro, é preciso prever e calcular: mas é preciso, antes, chegar a ver o que deve ser visto e, por consequência, pre-visto. É necessário projetar com antecedência mais carros? Veículos movidos a energia diferente, mas com o princípio idêntico de deslocamento quase individual? Sem carros e outros transportes? Quais? Para qual gênero de cidade? Qual gênero de viagem? Chegamos rapidamente para além do projetável e do possível. Ora, trata-se de um fora-do-possível, sempre! Os burgueses, em 1430, não tinham nenhuma ideia do que iria acontecer em 1492, quando Colombo chegaria em uma ilha “americana”. E em 1930 não tínhamos a menor ideia da Europa e do mundo em 1992. O que não quer dizer que não é preciso fazer nada: é preciso estar atento, mas atento ao que não é visível, reconhecível, formado...²³

Estar atento ao nosso lugar, ao nosso habitat, ao nosso *ethos* (num mote que nos lembra maio de 68: “sejam realistas, demandem o impossível!”²⁴). Estar atento e olhar como quem sai à rua para bater pernas com um lápis em mão (para lembrar a bela imagem de Virginia Woolf), estar atento e olhar como um Guy Debord à deriva pelas por ele chamadas articulações psicogeográficas de um espaço urbano moderno, estar atento e olhar não para um projeto de futuro, tampouco para uma imagem petrificada de um passado perdido, mas para aquilo que nos constitui – nós, estes viventes possuem linguagem e que constroem cidades – como seres de potência e que não têm nenhuma obra (destino ou finalidade) por realizar.

Nesse sentido, é preciso que, em primeiro lugar, tenhamos condições de sair da ingenuidade e possamos, nestes tempos de urgência, ter um pouco de lucidez para ao menos poder ler nosso tempo. Como diz Giorgio Agamben,

quem quer que tenha conservado alguma lucidez sabe que a crise está sempre acontecendo, que ela é o motor interno do capitalismo em sua atual fase, assim como o estado de exceção é hoje a estrutura normal do poder político. E como o estado de exceção exige que existam porções cada vez mais numerosas de residentes privados de direitos políticos e que, aliás e no limite, todos os cidadãos sejam reduzidos a vida nua, assim a crise, tornada permanente, exige não apenas que os povos do Terceiro Mundo sejam sempre mais pobres, mas também que um percentual crescente de cidadãos das socieda-

23 NANCY, Jean-Luc. *O comunismo é o sentido do ser-em-comum por pensar*. Disponível em: <https://goo.gl/2QXudc>.

24 Possibilidade e impossibilidade, aqui, não são apenas modais (no sentido de estabelecer alternativas reais ou imaginárias de tipo “ou isto ou aquilo”, p.ex.), mas a emergência dinâmica do novo – o imprevisível de uma *revolução* que é apenas linha de transformação (linha de fuga) e não um advento irreversível e total da sociedade finalmente – messianicamente – transformada, digamos.

des industriais seja marginalizado e destituído de trabalho. E não há Estado denominado democrático que não esteja hoje comprometido até o pescoço com essa maciça fabricação da miséria humana.²⁵

O tempo da crise, da urgência, a nós se abre como único horizonte possível. Isso não quer dizer que tenhamos que lamentar a perda, nessa indistinção generalizada entre público e privado, de um espaço da política. Pelo contrário: apenas tendo consciência desse ponto de não retorno é que poderemos pensar e viver uma nova forma de estar em comum. E é diante dessa estruturação de um caráter permanente de crise (crise que é também, e sobretudo, do modo como nos colocamos em jogo nessa “sociedade do espetáculo integrado”) do “mundo” que podemos não apenas bradar uma saída para a crise (com os famosos “re”: do retorno, da reestruturação, e mesmo de uma “re”volução), mas abrir o flanco para uma guerra. Como diz o Comitê invisível:

A profusão quotidiana de informações, para uns alarmantes para outros apenas escandalosas, molda nossa compreensão de um mundo globalmente não inteligível. Seu aspecto caótico é a neblina de guerra por trás da qual ele se torna inatacável. É por meio de seu aspecto ingovernável que ele é ‘realmente’ governável. Aí está a malícia. Ao adotar a gestão de crise como técnica de governo, o capital não se limitou a substituir o culto do progresso pela chantagem da catástrofe, ele quis reservar para si a inteligência estratégica do presente, a visão de conjunto sobre as operações em curso. É isso que com ele é importante disputar. Trata-se, em matéria de estratégia, de voltarmos a estar dois passos adiantados em relação à governança global. Não há uma “crise” da qual é preciso sair, há uma guerra que precisamos ganhar.²⁶

E, por fim, gostaria lembrar de um autor de quem gosto muito: Pier Paolo Pasolini. Ele que, nostálgico de um mundo que, já nos anos 60, via se destruir por aquilo que chamava de “neofascismo” (fruto de um neocapitalismo desenvolvimentista), apontava para uma mutação antropológica que estaria em curso. O homem, mais do que simplesmente seus espaços de morada, é que, sobretudo, estava mudando (e não uma mudança banal, mas, justamente, uma mudança que, como diz, se contaria em milênios). Ainda que possa parecer pessimista (eu diria mais, polemista), a lucidez com que Pasolini encarou seu tempo – uma lucidez digna do adágio latino “nec spe nec metu”, “sem esperança, sem medo” – talvez possa ser a tradução do realismo que demanda o impossível. Termine,

25 AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine. Note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996. p. 103 (trad. nossa).

26 COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*. Trad.: Ed. Antipáticas. São Paulo: N-1, 2016. p. 19.

assim, com suas palavras (de 1968). Palavras de um polemista que, portanto, devem ser aqui contextualizadas, ainda que sejam extremamente contemporâneas. Para mim, suas palavras – assim como seus filmes e poemas – podem funcionar como uma espécie de saudação: uma saudação para o nosso retorno a este frágil e precário, e para nós único, mundo sub lunar:

Um indivíduo que faz algo propondo “o melhoramento do mundo” é um cretino. A maior parte, aqueles que publicamente trabalham “para o melhoramento do mundo”, termina na prisão por trapaça. Além disso, o mundo sempre consegue, por fim, integrar os heréticos. (...) Na realidade, o mundo nunca melhora. A ideia de melhoramento do mundo é uma daquelas ideias-álibis com que se consolam as consciências infelizes ou as consciências obtusas (incluo nesta classificação os comunistas quando falam de “esperança”). Portanto, um dos modos para ser útil ao mundo é dizer claro e redondamente que o mundo nunca irá melhorar; e que seus melhoramentos são meta-históricos, ocorrem no momento em que alguém afirma uma coisa real ou realiza um ato de coragem intelectual ou civil. Somente uma soma (impossível) de tais palavras ou de tais atos efetuará o melhoramento concreto do mundo. E esse seria o paraíso e, ao mesmo tempo, a morte.

O mundo, ao contrário, pode piorar, isso sim. É por isso que é necessário lutar continuamente: e lutar, depois, por um objetivo mínimo, ou seja, pela defesa dos direitos civis (quando foram conquistados através de lutas precedentes). Os direitos civis estão, de fato, eternamente ameaçados, eternamente no ponto de serem suprimidos. Também é necessário lutar para criar novos tipos de sociedade, na qual o programa mínimo dos direitos civis é garantido. Por exemplo, uma sociedade verdadeiramente socialista.²⁷

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è la filosofia?* Macerata: Quodlibet, 2016.
- _____. *Metropolis. In.: Sopro*, 26. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Abril/2010.
- _____. *Mezzi senza fine. Note sulla politica*. Torino: Bollati Boringhieri, 1996.
- _____. *Note lumineaire sur le concept de démocratie. In.: Démocratie, dans quel état?* Paris: La Fabrique, 2009.
- ARIÈS, Philippe. *Morir en Occidente. Desde la Edad Media hasta nuestros días*. Tradução de Víctor Goldstein. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2007.

27 PASOLINI, Pier Paolo. *Melhoramento do mundo. In.: Revista Cult. N. 196*. Trad.: Davi Pessoa. p. 30

CACCIARI, Massimo. *A cidade*. Tradução de José J. C. Serra. Barcelona: Gustavo Gil, 2010.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos*. Tradução de Ed. Antipáticas. São Paulo: N-1, 2016.

CONLEY, Verena A. *Práticas urbanas ecológicas. As Três ecologias de Félix Guattari*. In.: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (Orgs.) *Urbanismo Ecológico*. Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

CRARY, Jonathan. *24/7. Capitalismo tardio e os fins do sono*. Tradução de Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972-1995*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 2013.

FARINELLI, Franco. *A invenção da terra*. Tradução de Francisco Degani. São Paulo: Phoebus, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *L'oeil du pouvoir*. In.: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits. Vol. II. 1976-1988*. Paris: Gallimard, 2001.

_____. *Os Anormais*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. *Sécurité, Territoire, Population. Cours au Collège de France. 1977-1978*. Paris: Gallimard, 2004.

LATOUR, Bruno. *Il n'y a pas de monde commun: il faut le composer*. In.: *Multitudes. n. 45. Special, été 2011*. Disponível em: <https://goo.gl/evb2G6>.

_____. *Quarenta anos depois: de volta a uma terra sublunar*. In.: MOSTAFAVI, Mohsen; DOHERTY, Gareth (Orgs.) *Urbanismo Ecológico*. Tradução de Joana Canedo. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NANCY, Jean-Luc. *La communauté affrontée*. Paris: Galilée, 2001.

_____. *L'Équivalence des Catastrophes. (Après Fukushima)*. Paris: Galilée, 2012.

_____. *Vérité de la démocratie*. Paris: Galilée, 2008.

_____. *O comunismo é o sentido do ser-em-comum por pensar*. Disponível em: <https://goo.gl/2QXudc>.

PASOLINI, Pier Paolo. *Melhoramento do mundo*. In.: *Revista Cult. N. 196*. Tradução de Davi Pessoa.

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: 34, 2014.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
- N. 03 *O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 04 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 05 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 06 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 07 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 08 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 09 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 10 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 11 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
- N. 12 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 13 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 14 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 15 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 16 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 17 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 18 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 19 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 20 *Os donos do Poder, de Raymond Faoro* – Helga Irace-ma Ladgraf Piccolo
- N. 21 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
- N. 22 *Construindo novos caminhos para a intervenção sociotária* – Lucilda Selli
- N. 23 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 24 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 25 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 26 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 27 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 28 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 29 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 30 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 31 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 32 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 33 *A meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Muskopf
- N. 34 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 35 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 36 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 37 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
- N. 38 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 39 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 40 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 41 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 42 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 43 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 44 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leister, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 45 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 46 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 47 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 48 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 49 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 50 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 51 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 52 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éida Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 53 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
- N. 54 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Adriano Naves de Brito
- N. 55 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 56 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 57 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 58 *O crescimento como condição de uma sociedade convívio* – Serge Latouche
- N. 59 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 60 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 61 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 62 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 63 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman

- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaiá
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missionária colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culletton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marín Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premevida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, temo e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janelas: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de modelos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins

- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: o caso dos guarani* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaikowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Máio Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perroux Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimizações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsmans e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente, solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci

- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Domelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Tiago Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach
- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrientos-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kem
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturrut Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moisés da Fontoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lilia Marin-Diaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli



Vinícius Nicastro Honesko. Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), mestrado em Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde também se doutorou em Literatura (Teoria Literária). Professor do Departamento de História e do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Entre 2013 e 2015 desenvolveu estágio pós-doutoral em Teoria e História da Literatura junto ao Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Desenvolve pesquisas relacionadas à teoria da história e à filosofia e história contemporâneas, tendo como autores de referência

Georges Didi-Huberman, Jean-Luc Nancy, Peter Sloterdijk e Giorgio Agamben (deste último também é um dos tradutores no Brasil). Orienta trabalhos sobre teoria da história, história contemporânea, história da arte, história e literatura.

Algumas publicações do autor

HONESKO, Vinícius Nicastro. *O Paradigma do Tempo: Messianismo e Walter Benjamin em Giorgio Agamben*. São Paulo: Vida e Consciência, 2009.

_____. *Paradoxos de um direito in-sensível*. In: CARNIO, Henrique Garbellini; GUERRA FILHO, Wilis Santiago; LINHARES, Emanuel Andrade; MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira (Org.). *Estudos do Imaginário Jurídico*, Vol. 2. Curitiba: Lumen Juris, 2016, p. 1-14.

_____. *Pier Paolo Pasolini y Murilo Mendes: el poeta en los juegos biopolíticos*. In: RUVITUSO, María Mercedes (Org.). *Cuadernos de Pensamiento Biopolítico Latinoamericano/1*. Gonnet: Unipe editorial universitaria, 2013, p. 38-46.

_____. *Furio Jesi e o problema Judaico: carta a Max Brod e correspondência com Károly Kéryeny – Introdução*. In: FENATI, Maria Carolina. (Org.). Belo Horizonte/Lisboa: Chão da Feira, 2012, p. 23-27.

Outras contribuições

HONESKO, Vinícius Nicastro. *A impossibilidade de melhorar o mundo*. Revista IHU On-Line, n. 495. [17/10/2016]. Disponível em: <https://goo.gl/SkbvT2>. São Leopoldo: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. A entrevista foi realizada por Vitor Necchi.



UNISINOS